



FACULDADE DE AGRONOMIA E ENGENHARIA FLORESTAL

LICENCIATURA EM AGROECONOMIA E EXTENSÃO AGRÁRIA

PROJECTO FINAL

**Análise da Contribuição do Programa Agrojovem (PAJ) para o Desenvolvimento do
Agronegócio Na Província de Manica (2017 – 2019)**

Discente:

Ussene, Harifate Ibraimo

Supervisor:

Bruno Araújo (MSBA)

Maputo, Setembro de 2024

Harifate Ibraimo Ussene

Análise da Contribuição do Programa Agrojovem (PAJ) para o Desenvolvimento do Agronegócio Na Província de Manica (2017 – 2019).

Projecto final submetido a Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal da Universidade Eduardo Mondlane, como requisito para obtenção do grau de **Licenciatura em Agroeconomia e Extensão Agrária**, sob a orientação do Mestre Bruno Araújo (MSBA)

Maputo, Setembro de 2024

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Harifate Ibraimo Ussene, de nacionalidade moçambicana, portadora do BI N°110300604004J, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil da Cidade de Maputo, aos 15/06/2021, declaro por minha honra, que a presente pesquisa é da minha autoria e nunca foi apresentado em nenhuma outra instituição de ensino para obtenção de qualquer grau académico. Toda a informação contida, constitui o resultado do trabalho desenvolvido confrontando pesquisas bibliográficas que estão devidamente citadas nas referências bibliográficas e, por ser verdade, passo a assinar.

Maputo, aos _____ de _____ de 20____

(Harifate Ibraimo Ussene)

Contacto: (+258) 84 667 5088/ (+258) 878 744 396

Dedicatória

Dedico esta pesquisa à minha família e amigos, em particular aos meus pais Ibraimo Ussene, Cecília Alice Ussene e Fátima Chande que os tive ao longo deste percurso (licenciatura) e me proporcionaram o melhor ambiente para os estudos, não deixo de lado avó Muanacha Mussa que cuidou de mim desde os primeiros anos de vida e contribuiu bastante na minha educação com muito amor, paciência, sacrifício e bons conselhos, dedico também ao meu esposo Hassamo Capatia e ao meu filho Nourdine Capatia. Obrigado por acreditarem nos meus sonhos e fazerem tudo para que eu pudesse realizá-los.

Aos meus irmãos que este trabalho sirva de fonte de inspiração nos seus percursos académicos.

RESUMO

A Gapi – SI em 2015 lançou a nível nacional o concurso de projectos de negócios denominado “Agrojovem”, uma componente do Programa Agro Investe que visava promover a iniciativa empresarial no sector do Agronegócio em Moçambique através de estímulos a instituições de ensino técnico e superior empenhadas na criação de uma nova geração de empresários dotados de educação formal em negócios. Neste contexto a pesquisa pretende analisar a contribuição do Programa Agrojovem (PAJ) para o desenvolvimento do Agronegócio na província de Manica. A presente pesquisa caracteriza-se como sendo do tipo exploratório, visto que baseia - se no levantamento bibliográfico e documental. Dados primários foram obtidos através de entrevista a informantes chave e dados secundários foram obtidos através dos relatórios e base de dados da Gapi – SI a nível nacional e da delegação da Gapi-SI de Chimoio. A análise de dados foi feita com o auxílio da folha de cálculos do Excel e do pacote estatístico STATA versão 13. Os resultados demonstraram que o projecto Agrojovem financiou 15 projectos, dos quais foram beneficiados no total 27 jovens, sendo 63% do sexo masculino e 37 % do sexo feminino. Nestes projectos, 53% das actividades estão ligadas à actividade pecuária, entre as quais a criação de frangos e de suínos, seguidas de 20% para agricultura e 20% para actividades ligadas ao processamento tanto de produtos agrícolas como de produtos pecuários e por fim 7% de actividades ligadas à prestação de serviços. O PAJ financiou projectos de jovens formados nas instituições de ensino técnico-profissional e superior voltadas para o sector agrário, num valor total de **9.150.469** MT. 13% dos beneficiários são os que conseguiram liquidar na totalidade o seu crédito, 20% dos beneficiários reembolsaram 90% do seu crédito, e 67% dos beneficiários são os que pagaram abaixo dos 50% do seu crédito. Na actividade pecuária o valor de amortização é de cerca de 5.897.880 MT, para o processamento é de 2.485.836 MT, para a agricultura é de 2.574.216 MT e para a prestação de serviços é de 924.264 MT. A implementação do projecto Agrojovem, para além dos financiamentos aos beneficiários, contribuiu para melhoria da segurança alimentar, gerou cerca de 84 postos de geração de renda (entre auto-emprego nos beneficiários directos e emprego para beneficiários indirectos) nas comunidades onde os projectos foram implementados.

Palavras-chave: Programa Agrojovem (PAJ), Desenvolvimento, Agronegócio e Manica.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Allah (Deus) o misericordioso, pela saúde e força, antes e durante a formação, e coragem que me tem dado a cada dia para superar desafios pessoais e profissionais. À minha família em geral, e em especial agradeço ao meu pai Ibraimo Ussene que sempre me deu força de lutar pelos meus sonhos, apoio financeiro incondicional e apoio emocional, à minha mãe Cecília Ussene que sempre esteve comigo nos bons e nos piores momentos da minha vida académica, ao meu esposo Hassamo Capatia pela ajuda com os trabalhos, na preparação de exame de admissão e apoio emocional, motivação, força para continuar sempre firme nos meus objectivos, à minha tia Ana Lúcia Gungulo pela a motivação, por ser minha fonte de inspiração e força que tem dado para continuar firme para o alcance dos meu objectivos e sonhos.

Ao meu supervisor (MSBA) Bruno Araújo pela paciência, dedicação e habilidades didáctica em transmitir a metodologia. O meu apreço é extensivo a todos os docentes que contribuíram para a minha formação académica, em especial Ph.D. Nícia Giva, Eng^a Felita Júlio e Ph.D. Lui''/s Artur, muito obrigada.

À FAEF pela oportunidade concedida, pelas experiências vividas e conhecimentos adquiridos ao longo da minha Formação Académica.

Ao meu colega e amigo Gilton Simango pelo apoio incondicional que tem dado desde o primeiro momento na Faculdade, a força, a motivação, a inspiração, o conhecimento que sempre me transmitiu.

À Mariamo Amade e à Jéssica Come agradeço pela força, apoio emocional, à boleia até à Faculdade, com o material didáctico e as refeições.

Não se esquecendo dos colegas e amigos que juntos trilhamos essa longa jornada de conhecimento em especial Allura Offman, Simão Jaime, Issufo Omar, Balac, Isac, Vasco Mavui, Noa Beca, Derço Manhice, Regina Chauque, Jama Suleimane, Denilton Machavane, Racy Garrine, Ossumane Momola, Raul Mulau (em memória), Wilton Tambo e Chelsea Malene

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA.....	ii
Dedicatória.....	iii
RESUMO.....	iv
AGRADECIMENTOS	v
LISTA DE FIGURAS.....	ix
LISTA DE ABREVIATURAS.....	ix
I. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Contextualização	1
1.2. Problema de estudo	2
1.4. OBJECTIVOS.....	4
1.4.1.Geral.....	4
1.4.2.Específicos.....	4
Hipóteses	4
II. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	5
2.1. Sector Agrário.....	5
2.2. Agricultura	6
2.2.1. Tipos de agricultura.....	6
2.3. Características da agricultura em Moçambique.....	7
2.3.1. Características da agricultura do sector familiar em Moçambique.....	7
2.3.2. Características da agricultura do sector privado em Moçambique	8
2.4. Agronegócio.....	8
2.4.1. Cadeia produtiva	8
2.4.2. Cadeia produtiva do agronegócio.....	9

2.5. GAPI – SI.....	10
2.5.1. Programa Agrojovem (PAJ).....	11
2.5.2. Objectivos do Agrojovem	11
2.5.3. Funcionamento do Agrojovem	12
2.5.4. Suporte técnico ao Agrojovem	12
2.5.5. Limites das propostas e de participação	12
2.5.6. Apresentação da candidatura	12
2.6. Contribuições dos projectos de Desenvolvimento Agrário no agronegócio	13
2.6.1. Financiamento agrário	15
2.7. Características do meio rural em Moçambique	18
2.7.1. Elevado crescimento populacional.....	18
2.7.2. Forte êxodo rural	18
2.7.3. Baixa produção e produtividade.....	18
2.8.2. Fontes do financiamento	19
2.8.2.1. Microcrédito ao Grupo	19
2.8.2.2. Microcrédito Individual.....	19
2.8.2.3. Microcrédito para micro-emprego.....	20
2.8.2.4. Fundo de Investimento da Iniciativa Local (FIIL)	20
III. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO.....	21
3.1. Localização e caracterização da Província de Manica	21
3.1.1. Situação do agronegócio em Manica.....	22
3.3. Métodos.....	24
3.3.1. Classificação da pesquisa	24
3.3.2. Procedimentos	24
3.3.3. Processamento e análise de dados	27

IV. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	28
4.1. Principais actividades do sector agrário financiado pelo programa Agro Jovem.....	28
4.1.1. Perfil dos beneficiários	28
4.1.2. Actividade financiadas no programa Agro Jovem	28
4.1.3. Tipo de cadeia de valor.....	29
4.2. <i>O volume de financiamento agrário disponibilizado pelo Programa Agrojovem</i>	31
4.3. <i>Volume de crédito por tipo de Actividade</i>	32
4.4. <i>Evolução de desembolso de crédito</i>	33
4.5. <i>Nível de reembolsos de crédito</i>	34
4.6. <i>Contribuição do PAJ Na província de Manica</i>	36
V. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	39
VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
ANEXO I:	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Tipos de sociedades de investimento.....	30
Tabela 2. Valores de orçamento por objectivos do crédito.....	31
Tabela 3. Volume de crédito e o tipo de sociedade.	32
Tabela 4. Valor Total de cada amortização.	36

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Representação da cadeia de valor de agronegócio.	9
Figura 2. Localização e caracterização da Província de Manica	21
Figura 3. Demonstração das etapas seguidas durante a realização do estudo.	25
Figura 4. Principais actividades financiadas pelo programa Agrojovem em Manica.....	29
Figura 5. Tipo de cadeia de valor.....	30
Figura 6. Demonstração da evolução do desembolso do crédito.....	34
Figura 7. Nível de reembolsos de crédito	35

LISTA DE ABREVIATURAS

BM: Banco de Moçambique

BPD: Banco Popular de Desenvolvimento (BPD)

FIIL: Fundo de Investimento de Iniciativa local

FGV: Fundação Getúlio Vargas

IFD: Instituição Financeira de Desenvolvimento

MAE: Ministério da Administração Estatal

MINAG: Ministério da Agricultura

MPD: Ministério da Planificação e Desenvolvimento

OMR: Observatório do Meio Rural

PAJ: Programa Agrojovem

PEDSA: Plano Estratégico para o Desenvolvimento do sector Agrário

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SNE: Sistema Nacional de Educação

SNS: Sistema Nacional de Saúde

INE- Instituto Nacional de Estatística

I. INTRODUÇÃO

1.1.Contextualização

O Sector Agrário é fonte de emprego e renda para a maioria da população moçambicana. De acordo com projecções do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) de 2017, administrado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), Moçambique possuía, em 2021, cerca de 30.8 milhões de habitantes dos quais 51.7% são mulheres e 48.3% homens, e desta população, a maioria (66.0%) residia nas zonas rurais e dependia maioritariamente do sector agrário para alimentação e renda. Assim, estes dados mostram que a economia de Moçambique é directamente influenciada pelo desempenho do Sector Agrário (MADER, 2022).

O Sector Agrário enfrenta enormes desafios nas instituições, na inovação, no sistema de incentivos, nas infra-estruturas públicas, e nos investimentos públicos que resultam em baixo investimento privado e conseqüente baixa produtividade e competitividade do sector.

Por outro lado, a população jovem (18 a 35 anos) cresceu a uma taxa anual maior nas zonas urbanas (4.0%) do que nas rurais (2.5%). Este rápido crescimento da população jovem constitui um grande potencial para a força de trabalho que se requer produtiva, sendo o Sector Agrário uma alternativa laboral no meio rural (INE,2017).

É de referir que apesar do baixo contributo dos subsectores de pecuária e pescas, o crescimento anual médio da produção pecuária (3.7%) e da produção pesqueira (2.8%) são equiparados ao da produção de culturas (3.3%) entre 2014 e 2021 (MADER,2022).

O PAJ destinava – se aos candidatos jovens empreendedores, finalistas ou recém-graduados da área agrária ao nível nacional, apoiados pelas suas instituições de ensino técnico profissional ou superior. Em Moçambique existem 53 instituições de ensino superior (IES), das quais 22 são públicas e 31 privadas. A maior parte destas IES graduam jovens em áreas relevantes ao Sector Agrário. Para além de IES existem no País, vários institutos agrários que leccionam cursos básicos e médios nas áreas agrícola, zootécnica, florestal, ambiental e pesqueira. Estas instituições de ensino oferecem uma enorme quantidade de graduados anualmente. O grande desafio tem sido o seu engajamento no sector produtivo, quer seja através do auto emprego ou do emprego (MADER, 2022). Neste contexto a pesquisa pretende analisar a contribuição do Programa Agrojovem (PAJ) para o desenvolvimento do Agronegócio na província de Manica.

1.2.Problema de estudo

A reflexão desta pesquisa busca um horizonte temporal de 2017 – 2019 com a finalidade de analisar de forma geral o processo de financiamento agrário em Moçambique com enfoque no programa Agrojovem desenvolvido pela Gapi – SI e destinado aos micros, pequenos e médios empreendimentos da cadeia do agronegócio na província de Manica, localizado no centro do país.

A província de Manica dispõe de grande potencial agrícola. A maior parte da produção agrícola é destinada ao consumo familiar, uma pequena parte é comercializada para o incremento da renda familiar e outra parte apodrece no campo sem nenhum aproveitamento. Dentre as causas do baixo aproveitamento do potencial agrícola da província de Manica destacam-se dois aspectos: i) fraca rede de estradas e transportes que facilitem o escoamento de produtos; ii) barreiras da banca comercial no financiamento a pequenas iniciativas locais de agronegócio (Gapi, 2017).

Apesar dos constrangimentos, GAPI – SI em 2015 lançou a nível nacional o concurso de projectos de negócios denominado “Agrojovem”, uma componente do Programa Agro Investe que visava promover a iniciativa empresarial no sector do Agronegócio em Moçambique através de estímulos a instituições de ensino técnico e superior empenhadas na criação de uma nova geração de empresários dotados de educação formal em negócios. Segundo estudos realizados por Mosca *et al* (2013:3) na realidade de Moçambique, o crédito tem sido um determinante de baixa influência sobre a evolução do PIB e da produção agrária.

Mosca *et al* (2013:3) explicam esta constatação com os seguintes argumentos: (i) Falhas de mercado, do lado da oferta e da procura; (ii) Peso da agricultura de pequena escala e tipo de agentes económicos, maioritariamente de pequena dimensão, e economias informais; (iii) Peso dos grandes projectos na economia e sobretudo do investimento directo estrangeiro que recorrem ao crédito externo em consequência das condições de oferta de dinheiro no mercado local; (iv) Persistência de taxas de inflação elevadas e muito variáveis seja a curto como a médio prazo, assim como riscos altos, elevando a taxa de juros.

É neste contexto que a presente pesquisa procura responder às perguntas:

- ❖ *Qual é o papel do programa Agrojovem no desenvolvimento do agronegócio na província de Manica?*

- ❖ *“Ate que ponto o programa Agrojovem Contribuiu para o desenvolvimento da cadeia de valor do sector agrário na província de Manica.”?*

1.3. Justificação/relevância de estudo

O compromisso de promoção do emprego para jovens no Sector Agrário faz parte das prioridades do governo de Moçambique e através da abordagem Pequeno Agricultor Comercial Emergente, que tem como meta assegurar que 38.0% dos beneficiários sejam jovens, intervindo como agentes de transformação, gerindo empresas emergentes, actuando como produtores integrados e integradores, e intervindo na logística (MADER, 2022).

O Programa Agrojovem tem em vista dinamizar o sector do agronegócio através da implementação de programas de financiamento a pequenas e médias iniciativas locais de agronegócio. Foi a partir desta constatação que surgiu a necessidade de analisar a contribuição do financiamento agrário fornecido pela Gapi – SI para desenvolvimento do agronegócio através da implementação do “Programa Agrojovem”.

É de suma importância estudar o programa Agrojovem, só assim pode se identificar as lacunas que a partir disso, podem sair lições (benefícios e desafios) para melhorias nos próximos programas de modo a ultrapassar ou minimizar os desafios enfrentados nas iniciativas juvenis do Agronegócio. E com inclusão de mais iniciativas através da redução das exigências de adesão ao programa.

No nível científico a realização da pesquisa dota a discente de capacidade para conciliação dos conhecimentos teóricos e práticos, além de ajudar a desenvolver o espírito investigativo seguindo o rigor científico. Pode estimular o sistema de ensino a preparar técnicos jovens com capacidade de inovação e criação de auto-emprego e prontos para enfrentar os desafios do agronegócio. No contexto social, os resultados da pesquisa fornece uma visão e traz à tona a necessidade de concepção de projectos e a existência de soluções de financiamento, apesar das exigências rigorosas.

1.4. OBJECTIVOS

1.4.1.Geral

- ❖ Analisar a contribuição do Programa Agrojovem para o desenvolvimento do Agronegócio na província de Manica.

1.4.2.Específicos

- ❖ Identificar as principais actividades do sector agrícola financiado pelo programa Agrojovem na província de Manica;
- ❖ Identificar o volume de financiamento agrícola disponibilizado pelo Programa Agrojovem na província de Manica;
- ❖ Descrever a contribuição do programa Agrojovem para o desenvolvimento do agronegócio na província de Manica.

Hipóteses

- ❖ H0: O Programa Agrojovem (PAJ) pode não ter tido nenhum efeito no desenvolvimento do agronegócio de Manica.
- ❖ H1: O Programa Agrojovem (PAJ) teve efeito no desenvolvimento do agronegócio na província de Manica.

II. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo apresenta as teorias e conceitos chave que fundamentam a pesquisa. Ao longo do capítulo são abordados os seguintes tópicos: sector agrário, Agricultura, Tipos de agricultura, Características da agricultura em Moçambique, Agronegócio, Cadeia produtiva, GAPI – SI, Programa Agrojovem (PAJ), Desenvolvimento, Tipos de desenvolvimento e Financiamento agrário. Isto será feito com base na revisão da literatura, apresentando como suporte científico deste trabalho, de acordo com o definido pelos diversos autores que abordam estes assuntos.

2.1. Sector Agrário

O Sector Agrário é fonte de emprego e renda para a maioria da população moçambicana. De acordo com projecções do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) de 2017, administrado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), Moçambique possuía, em 2021, cerca de 30.8 milhões de habitantes dos quais 51.7% mulheres e 48.3% homens e, desta população, a maioria (66.0%) reside nas zonas rurais e depende maioritariamente do sector agrário para alimentação e renda. Assim, a economia de Moçambique é directamente influenciada pelo desempenho do Sector Agrário (INE, 2018).

Reconhecendo a importância do Sector Agrário, o governo tem vindo a investir significativamente nas infra-estruturas agrárias, irrigação, e na provisão de insumos subsidiados (sementes, fertilizantes, pesticidas, e medicamentos veterinários), maquinaria agrária, redes de pesca e motorização das embarcações de pesca, incluindo a gestão sustentável de recursos naturais. O Sector Agrário enfrenta enormes desafios nas instituições, na inovação, no sistema de incentivos, nas infra-estruturas públicas, e nos investimentos públicos que resultam em baixo investimento privado e consequente baixa produtividade e competitividade do sector (MADER, 2022).

Por outro lado, a população jovem (18 a 35 anos) cresceu a uma taxa anual maior nas zonas urbanas (4.0%) do que nas rurais (2.5%). Este rápido crescimento da população jovem constitui um grande potencial para a força de trabalho que se requer produtiva, sendo o Sector Agrário uma alternativa laboral no meio rural. Da contribuição do Sector Agrário para o PIB total no período entre 2014 e 2021, 80.6% proveio da produção de culturas, 6.7% da produção florestal, 6.5% da produção pecuária e 6.2% da produção pesqueira. Contudo, é de referir que apesar do

baixo contributo dos subsectores de pecuária e pescas, o crescimento anual médio da produção pecuária (3.7%) e da produção pesqueira (2.8%) são equiparados ao da produção de culturas (3.3%) entre 2014 e 2021 (BM, 2022).

2.2. Agricultura

O conceito de agricultura é diversificado e amplo, sendo por isso imperioso delimitá-lo. Neste sentido, pode se dizer que " *agricultura é a artificialização pelo homem do meio natural, com o fim de torná-lo mais apto ao desenvolvimento de espécies vegetais e animais*" (BARROS citado por EEEP, (s.d): 6). O conceito de artificialização do meio engloba as técnicas culturais, independentemente do seu grau de aplicação. Esta actividade tem de se adaptar às condições ecológicas e sociais, que variam de lugar para lugar, o que levou Barros citado por EEEP (s.d) a afirmar que a agricultura é, por excelência, o domínio da diversidade. Diversidade no enquadramento paisagístico, nos solos, no clima, na adaptabilidade das plantas cultivadas e dos animais domésticos e na presença de vegetação espontânea e animais selvagens.

2.2.1. Tipos de agricultura

a) Agricultura familiar

Segundo a FAO (2014) a agricultura familiar é uma modalidade que tem como principal objectivo a produção de alimentos para garantir a sobrevivência do agricultor, da sua família e da comunidade em que está inserido. Em outras palavras, ela visa suprir as necessidades alimentares das famílias rurais. A gestão da produção é feita respeitando a ligação de parentesco entre os integrantes das propriedades, trabalho fundamentalmente familiar, capital pertencente à família e com os membros da família na maioria dos casos vivendo na unidade produtiva. Assume as características seguintes:

- ❖ A gestão da unidade produtiva e os investimentos neles realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento;
- ❖ A maior parte da força do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família;
- ❖ A propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou reforma dos responsáveis pela unidade produtiva.

b) Agricultura de mercado

Em oposição à agricultura familiar, ela é a forma de agricultura na qual a produção é destinada a ser vendida e o autoconsumo é um aspecto secundário. Ela pode ser intensiva ou extensiva. *“Corresponde à prática agrícola com altos índices de produtividade e capital investido. Conta com mão-de-obra qualificada, um alto nível de mecanização e tecnologia. Há rotação de culturas e uso intensivo de fertilizantes e insumos”* (FAO, 2014:15). As áreas destinadas a essa produção possuem custo elevado. As sementes usadas na sementeira passam por rigorosa selecção. É comum o esgotamento dos solos em razão de seu uso permanente. A produção é destinada para a exportação.

2.3. Características da agricultura em Moçambique

Segundo Sitóe (2005), em Moçambique a agricultura é maioritariamente praticada pelo sector familiar, contrastando com a estrutura dualista apresentada por outros países (sector familiar e comercial), visto que mais de 80% da população rural vive da agricultura. Moçambique dispõe de grande potencial agrícola que, no entanto, ainda não é devidamente explorado. Vários factores têm contribuído para o insucesso da agricultura no país, desde a falta de infra-estruturas até às dinâmicas sociais e económicas. No entanto, os elementos a considerar na caracterização da agricultura em Moçambique são:

- ❖ O baixo uso de tecnologias melhoradas, incluindo sementes, fertilizantes e pesticidas;
- ❖ As desigualdades no acesso e utilização da terra;
- ❖ A fraca concentração de infra-estruturas de rega nas zonas prioritárias;
- ❖ O fraco apoio financeiro aos produtores agrários; e
- ❖ Os baixos volumes de produção por indivíduo, o que requer uma função de acumulação que pode ser realizada através das associações de produtores.

2.3.1. Características da agricultura do sector familiar em Moçambique

De acordo com Mucavel (1989), na agricultura praticada pelo sector familiar em Moçambique o agregado representa a unidade básica de produção e consumo. Os agricultores utilizam tecnologias de produção de alimentos muito simples (enxada de cabo curto, catana e machado) e apenas certos grupos limitados utilizam a tracção animal. Para certas actividades usam poucos ou

nenhuns insumos, que devem ser comprados, como fertilizantes, pesticidas, e sementes melhoradas. Os produtores dispõem de recursos financeiros muito limitados e a maior parte da produção é geralmente destinada ao auto-sustento.

2.3.2. Características da agricultura do sector privado em Moçambique

No sector privado, a produção não é apenas assegurada pelo agregado familiar. Constata-se também a contratação de mão-de-obra, quer em regime sazonal, quer em regime permanente. Há maior uso de tecnologia moderna, particularmente nas operações de lavoura e gradagem. Há maior utilização de insumos agrícolas como sementes melhoradas, pesticidas e adubos. O tamanho da exploração é relativamente maior, se comparado com o sector familiar e visa essencialmente fornecer o mercado (MUCAVELE, 1989).

2.4. Agronegócio

Para a Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2007: 4) o agronegócio é a soma de todas as cadeias produtivas, desde a produção e distribuição de insumos até à comercialização de alimentos, fibras e energia, ou seja, é um conjunto de actividades que está intimamente ligado a todos os sectores da economia e da sociedade. A cadeia produtiva do agronegócio parte do planeamento da produção agrícola ou pecuária, passa pelos fornecedores de insumos agro-pecuários, engloba a mão - de - obra local e o sector de transportes e termina nas prateleiras dos mercados.

2.4.1. Cadeia produtiva

Para Castro et al (1996) cadeia produtiva é o conjunto de componentes interactivos, incluindo os sistemas produtivos, fornecedores de insumos e serviços, indústrias de processamento e transformação, agentes de distribuição e comercialização, além de consumidores finais. Tem como finalidade suprir o consumidor final de determinados produtos ou subprodutos.

Segundo a óptica de Castro (2010) o agronegócio é definido como um conjunto de operações de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização de insumos e de produtos agro-pecuários e agro-florestais, inclui ainda os serviços de apoio para garantir a logística integral da cadeia.

2.4.2. Cadeia produtiva do agronegócio

Na perspectiva de Castro (2010), ao falar-se da cadeia produtiva do agronegócio, refere-se a todo um conjunto de factores humanos (mão-de-obra), mecânicos (tractor, sistema de rega, transporte, etc.) e químicos (sementes melhoradas, fertilizantes, insecticidas) que contribuem nos processos de produção. A cadeia produtiva começa na prancheta de um pesquisador científico e termina na gôndola do supermercado. O produto final deve ter preço e qualidade competitivos em relação a concorrentes do próprio país ou estrangeiros, além de atender ao poder aquisitivo do consumidor.

A cadeia de valor é o conjunto de componentes interactivos, incluindo os sistemas produtivos fornecedores de insumos e serviços, indústrias de processamento e transformação, agentes de distribuição e comercialização, e os consumidores finais.

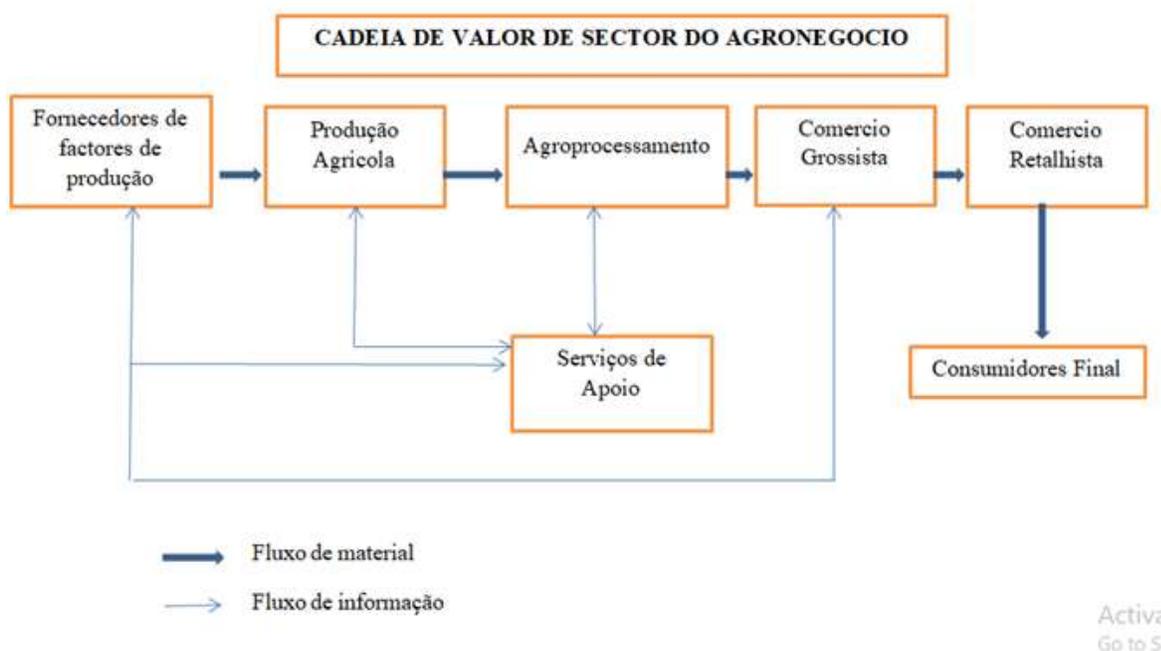


Figura 1. Representação da cadeia de valor de agronegócio.

Fonte: (Castro, 2010)

Na Figura 1, observam-se os principais componentes de uma típica cadeia de valor agrícola. Distinguem-se as suas componentes mais comuns, ou seja, os fornecedores de insumos (adubos, defensivos, máquinas, implementos e outros serviços), os produtores agrícolas, com seus diversos sistemas produtivos agro-pecuários ou agro-florestais, agro - processadores (todas as unidades produtivas envolvida na transformação e conservação, os comerciantes grossistas,

armazenistas onde os comerciantes a retalhos procedem as compras para revenda, serviço de apoio (trata - se de serviços de finanças, seguros de mercadorias, financiamento, serviços de assistência técnica ao produtor, marketing, infra-estruturas e comunicações entre outros), consumidor final, e o alvo final para o qual o produto se destina (Castro, 2010).

Em termos do fluxo de produto com base na figura acima ele começa do fornecedor de factores de produção que fornece matéria-prima para o sector da produção. De seguida a matéria-prima será transformada em produto que segue o seu fluxo para a indústria de agro-processamento. De seguida é encaminhado para o comerciante grossista que fornece o produto para os retalhistas, e no final o produto chega ao consumidor final. Esse é o fluxo de material e produto proposto por Castro no seu esquema de cadeia de valor em que as setas mais finas ilustram o fluxo de informação ao longo da cadeia de valor.

Fases da cadeia produtiva do agronegócio

Para a Fundação Getúlio Vargas (FGV 2007: 4) a cadeia produtiva do agronegócio conhece três fases, nomeadamente: (i) **Planeamento:** Pertencem a esta fase a elaboração do projecto para produção da cultura pretendida, e a planificação do financiamento, das máquinas de preparação do solo, dos fertilizantes, das sementes, dos equipamentos de plantio, e dos defensivos agrícolas e pecuários. Tudo isso demanda energia, infra-estrutura e logística. (ii) **Produção:** São as actividades que envolvem desde o plantio até a colheita, a administração de pessoas e de recursos financeiros, o uso de tecnologia e o cuidado com o meio ambiente. (iii) **Comercialização:** refere-se à indústria transformadora, transporte, armazenagem, embalagem, distribuição e comercialização interna e externa. Tudo isto envolve só alimentos? Não, envolve muito mais: madeira e seus derivados, flores, fibras (algodão e sisal), produtos de couro, bebidas e tantos outros.

2.5. GAPI – SI

A GAPI-SI é uma Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD) registada no Banco de Moçambique na categoria de Sociedade de Investimentos (SI). A Gapi foi fundada em 1990 como sociedade limitada (Gapi, Lda.) criada pela Fundação Ebert e pelo Banco Popular de Desenvolvimento (BPD). Em 1999 foi transformada numa sociedade anónima (Gapi, SA) e foi

registada em 2007 como instituição de crédito regulada pela categoria de empresa de investimento pelo Banco de Moçambique (GAPI, 2020).

A GAPI-SI tem por objectivos conceber e implementar programas gerindo as linhas de financiamento, prestar assistência técnica e financeira a micro, pequenas e médias empresas, priorizando projectos geradores de emprego e com impacto no desenvolvimento das economias locais.

2.5.1. Programa Agrojovem (PAJ)

É um programa que visa apoiar os jovens das instituições de ensino técnico profissional (Médio ou Superior) a estimularem o surgimento de uma geração de jovens empresários nas cadeias de valor do agronegócio.

Agrojovem é uma componente do Programa Agro Investe que visa promover a iniciativa empresarial no sector do Agronegócio em Moçambique através de estímulos a instituições de ensino técnico e superiores da área agrária empenhadas na criação de uma nova geração de empresários dotados de educação formal em negócios. O concurso destina-se a candidatos jovens empreendedores, finalistas ou recém-graduados da área agrária, apoiados pelas suas instituições de ensino técnico profissional ou superior.

As propostas de investimentos deverão estar enquadradas nas seguintes cadeias de valor dos agronegócios (actividades elegíveis): produção agrária (agrícola, avícola, silvícola), conservação, processamento e comercialização de produtos agrícolas, comercialização de insumos para uso agrário (sementes, fertilizantes, agro-químicos, produtos de uso veterinário, instrumentos de trabalho entre outros), e prestação de serviços especializados na área agrária (formação, extensão, transferência de tecnologia, aluguer de máquinas e equipamentos).

2.5.2. Objectivos do Agrojovem

- ❖ Aumento da capacidade de rendimentos dos operadores de pequena e média escala da cadeia de agronegócio, através do financiamento a iniciativa de jovens formandos do ensino técnico profissional;
- ❖ Garantia de empréstimos aos actores do agronegócio ao longo das cadeias de valor, visando o aumento dos investimentos devido a um melhor acesso ao crédito e a garantias e;

- ❖ Melhoria do ambiente de negócios no sector do agronegócio através do reforço da capacidade do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural para gerir e promover políticas e intervenções eficazes no seu mandato.

2.5.3. Funcionamento do Agrojovem

A GAPI – SI é responsável pela operacionalização dos serviços financeiros e do suporte técnico prestado aos beneficiários do programa. Os serviços financeiros incluem três linhas de crédito: Crédito para jovem recém-formado; Crédito para jovens empresários e Crédito para o refinanciamento da carteira de microcrédito de agronegócio em intermediários financeiros locais (GAPI – SI, 2020).

2.5.4. Suporte técnico ao Agrojovem

O suporte técnico ao Agrojovem inclui: Serviço de apoio a empreendimentos e projectos de jovens no sector do agronegócio, visando a sua criação ou consolidação; Orientação de jovens empreendedores, visando a melhoria da sua gestão e bancabilidade; Promoção de Organizações Financeiras Baseadas na Comunidade (OFBC), visando a expansão da inclusão financeira para o agronegócio com foco nos jovens.

2.5.5. Limites das propostas e de participação

As propostas devem visar o início ou expansão de um negócio de pequena dimensão que seja viabilizado através de um crédito máximo de até MZN 700 mil. O (s) proponente (s) deve (m) demonstrar convicção e cometimento no negócio, disponibilizando-se a contribuir com 1% (um por cento) do valor que solicitam para custear despesas de preparos.

2.5.6. Apresentação da candidatura

A submissão à GAPI-SI de propostas de projectos de negócio carece de aval do Parceiro de Implementação promotor do candidato ao concurso “Agrojovem:

- ❖ Os documentos da candidatura devem ser submetidos em língua portuguesa e seguir formatos recomendados.
- ❖ Os modelos e formatos a usar serão indicados pelos Parceiros de Implementação.
- ❖ Cada Parceiro de Implementação poderá avaliar e submeter até 20 propostas de negócios por ano ao concurso “Agrojovem”, sendo responsável pela selecção dessas propostas.

2.6. Contribuições dos projectos de Desenvolvimento Agrário no agronegócio

Vários conceitos existem na literatura sobre o desenvolvimento, os mais proeminentes incluem:

- ❖ “Criação de condições para a realização da personalidade humana e considerando a pobreza, o desemprego e as desigualdades” (Oliveira e Barden *apud* Hoffmann, 2006).
- ❖ “Uma linha de crescimento com diversos estágios. Dessa forma, sempre que um indivíduo concluiu um estágio, ele já está preparado para começar um novo desafio para o seu desenvolvimento pessoal” (Pacheco *et al.*, 2005).

O desenvolvimento pode ser medido por meio de suas manifestações, como as condições habitacionais, a alimentação das pessoas, a incidência de doenças associadas à alimentação e às condições de higiene, o acesso aos serviços básicos como água, electricidade, saúde e educação (Hoffmann, 2006: 375). O desenvolvimento pode ser de vários tipos, nomeadamente: **humano**, **rural** e **agrário**. E a seguir se descrevem os dois últimos tipos,

- a) **Desenvolvimento agrário:** O Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD: 2007) na sua Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR) entende que existe distinção entre desenvolvimento agrícola e desenvolvimento agrário. Enquanto o desenvolvimento agrícola limita-se no aumento da produção e da produtividade de culturas, no sentido estritamente produtivo, o desenvolvimento agrário abrange condições de produção mais amplas, tanto agrícolas como pecuárias e florestais, incluindo as relações sociais em torno do uso da terra, relações de trabalho e mercados, entre outros.
- b) **Desenvolvimento rural:** é o processo de transformação e articulação da base e da organização social, económica, logística e tecnológica da produção e do comércio nas zonas rurais. Um processo diversificado e alargado de alocação de infra-estruturas e serviços sociais públicos e privados, redes de estrada e comércio (Castelo-branco *et al.*, 2010: 183).

Para o autor em Moçambique o desenvolvimento rural é impulsionado em grande medida pelo sector agro-pecuário. As actividades agrárias e agro-industriais são cada vez mais concentradas (com o tabaco, açúcar, madeiras e algodão a dominarem a produção, o comércio e as exportações). A introdução do fundo de investimento em iniciativas locais (FIIL) para os distritos (popularmente conhecido como “os 7 milhões” de meticais) tem efeitos tanto na produção e comércio, como no emprego e distribuição de rendimentos.

De acordo com o Dufumier (2010), o que condiciona o acesso efectivo aos meios de produção necessários à implantação de novos sistemas de cultivo e de criação são os recursos financeiros. Os projectos de desenvolvimento agrícola busca em primeiro lugar por acções destinadas a/ao:

- Desenvolvimento por meio de implantação de novos sistemas de produção conforme os objectivos económicos e sociais: segurança alimentar, geração de divisas, fornecimento de matérias-primas agrícolas às indústrias, criação de empregos, aumento e redistribuição de rendas, organização do espaço, etc.
- Reorientação dos sistemas de cultivo e criação, com vista ao fornecimento de bens e serviços úteis a sociedade;
- Modificar as técnicas de produção para aumentar a produtividade do trabalho nas cadeias produtivas;
- Tornar os agricultores competitivos e aumentar as riquezas da actividade agrícola pela renovação das capacidades de produção dos ecossistemas.

Para Santos e Filho (2016), o fomento do **agronegócio** se relaciona nas várias perspectivas (económica, social e ambiental) do desenvolvimento sustentável, e IPEA¹ (2022) preconiza que o sector do agronegócio se relaciona directamente às ODS², pois as metas estabelecidas são de interesse ambiental, social e económico. Apesar disso constitui uma área com tantos desafios, e estas passam por produzir mais, degradando menos e a custos competitivos; gerar capacidade de diferenciação de produtos e de mercados; abrir novas oportunidades para os produtores; enfrentar as novas exigências competitivas dos mercados; e estar sempre actualizado para atender aos novos padrões de consumo (Araújo, 2005).

De acordo com Bezu e Holden (2014), várias são as restrições que interfere o sucesso e sustentabilidade do agronegócio. Estas restrições gerais incluem o acesso a: 1) **bens e capital social**; 2) **conhecimento, informação e educação adequada**; 3) **o processo político** e 4) **os mercados de insumos e produtos**.

¹ Instituto de Pesquisas Económicas e Aplicadas

² Objectivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU

2.6.1. Financiamento agrário

Na perspectiva de Filmer e Fox, (2014) a falta de acesso ao financiamento é um dos muitos desafios que impedem a participação dos jovens na agricultura. E o OMR³ (2013:8) conceitua o financiamento agrário como a disponibilização de recursos financeiros, humanos e técnicos exclusivamente direccionados para a promoção do sector agrário. O financiamento agrário comporta-se como o fluxo motor e transformador do sistema produtivo, pois graças ao investimento que se criam novas infra-estruturas, equipamentos industriais, agrícolas, e se aumenta o capital fixo que transforma a realidade rural.

Nas últimas duas décadas, vários governos de economias em desenvolvimento e emergentes experimentaram tentar promover o acesso dos jovens empresários ao financiamento agrícola através da criação de instalações dedicadas (Rutten e Fanou, 2015).

Para o caso de Moçambique vários programas foram criados com enfoque para o fomento do agronegócio. De acordo com Nova e Rosário (2022) do Observatório Rural, para fomentar o agronegócio, apoiado pelo Centro de Promoção da Agricultura (CEPAGRI), do Plano Integrado de Comercialização Agrária (PICA) e do Plano Nacional de Investimento para o Sector Agrário (PNISA), procurou-se desenvolver o segmento empresarial do sector agrário. O caso do **ProSAVANA** constitui um programa marcante deste tipo de opção. Outro programa foi o Modelo Pequeno Agricultor Comercial através do programa **SUSTENTA**, alargado ao território nacional e mais recentemente o **Agrojovem**.

De acordo com Chihanhe (2022), o agronegócio tem estado a ganhar destaque como factor dinamizador da agricultura, através de programas centrados no desenvolvimento da agricultura orientado para o mercado. Salienta que o sector agrícola moçambicano registou crescimento ao longo das duas últimas décadas, em parte associado ao investimento privado e na mecanização agrícola.

As diversas abordagens visam acelerar o crescimento da produção e da produtividade, reconhecendo a dificuldade que o segmento da pequena agricultura familiar possui para ser competitivo no mercado, em resultado da dificuldade de adopção de tecnologias agrícolas. a

³ Observatório do Meio Rural

necessidade de obtenção de efeitos rápidos na economia (nas exportações e melhoria da balança comercial agrícola) por via dos investimentos de larga escala na agricultura (IOF⁴, 2014/15).

Para Mosca (2014) apostando no fomento do Agronegócio, facilmente haverá o aumento da produção e produtividade agrícola, criando-se deste modo um elevado potencial de redução de pobreza em Moçambique.

Assim, para os jovens na agricultura, o financiamento permite o acesso ao crédito que não estaria disponível devido à falta de garantias e aos elevados custos de transacção. O financiamento da cadeia de valor pode ser utilizado não só para financiar os agricultores, mas talvez mais importante, também pode ser um veículo para financiar jovens empreendedores activos em todas as cadeias de valores agrícolas (Chihanhe, 2022).

O acesso ao financiamento pode representar o factor facilitador fundamental da transformação rural para as economias em desenvolvimento, particularmente para os jovens empresários agrícolas. O acesso a serviços financeiros de qualidade é de particular importância pois pode proporcionar-lhes entre outras coisas o capital inicial, canais de poupança e mecanismos de mitigação de riscos que são essenciais para que possam arrancar e desenvolver as suas ideias de negócio (Demirguc-Kunt *et al.*, 2022).

O financiamento direccionado e personalizado pode encorajar e promover a inovação juvenil na agricultura, apoiando o desenvolvimento de pequenas e médias empresas (PME) agrícolas que se apoiam mais na inovação tecnológica, têm melhores ligações aos mercados nacionais e internacionais e estão envolvidas em processos de transformação caracterizados por elevado valor adicionado (Demirguc-Kunt *et al.*, 2022).

É um dos factores determinantes do desenvolvimento económico, e dele dependem em grande medida os resultados que se podem esperar no sector onde for injectado. Para o sector agrário o financiamento ou micro crédito, desempenha um papel vital e ao mesmo tempo é objecto de elevados riscos dada a vulnerabilidade às condições e variações ambientais, como é o caso das calamidades naturais, potenciando os baixos níveis de retornos, em particular, nas economias onde não se faz o uso de tecnologias modernas (OMR, 2013).

⁴ Inquérito do Orçamento Familiar

O aumento da participação dos jovens nas cadeias de valor agrícolas é constitui uma oportunidade para aumentar a produtividade e competitividade, juntamente com o seu acesso ao financiamento. Para além disso a capacitação é, portanto fundamental para capacitar os jovens na agricultura, o que também reduziria o risco de empréstimos (Miller e Jones, 2010). Os de desenvolvimento agrário também promove a formação que ligam cada vez mais os jovens ao acesso a recursos agrícolas e financeiros. Desta forma, a qualidade da formação, as condições de crédito e as tecnologias agrícolas avançadas são fundamentais para a sua fusão num novo agronegócio rentável (IITA, 2015).

A contribuição dos projectos de financiamento segundo Dufumier (2010), pode se medir por meio dos efeitos causados, que podem ser de 3 tipos, nomeadamente: directos, indirectos e induzidos como se descreve a seguir:

❖ *Efeitos directos*

Referem-se as mudanças de comportamento das categorias de agentes económicos directamente envolvidas pelas intervenções quer as envolvidas na sua execução quer aqueles a que essas intervenções são directamente destinadas: produtores agrícolas, artesãos, empresas agro-alimentares, etc. Aqui cita-se o aumento de empresas emergentes e novos agentes económicos nos diferentes ramos, resultante da maior capacidade de expansão e exploração das oportunidades pela maior oferta de recursos financeiros.

❖ *Efeitos indirectos*

Referem-se os efeitos em que as novas categorias de agentes económicos modificam, o seu comportamento para responder às necessidades dos agentes directamente envolvidos nos projectos, ou obter lucro com a produção de bens e serviços proporcionadas por esses últimos. Este tipo de efeitos são facilmente identificados pela da reconstituição das cadeias de produção dos insumos e equipamentos que os produtores agrícolas eventualmente necessitarão para a realização do projecto. Estes efeitos podem se traduzir na realização de novos investimentos, mais empregos, novas compras de matérias-primas, pagar mais impostos, recorrer a novos empréstimos, subcontratar algumas das suas actividades, etc.

❖ *Efeitos induzidos*

Compreendem a repartição das rendas que resultam dos efeitos directos e indirectos, com os efeitos passa-se a se adquirir com prioridade os produtos de primeira necessidade aos quais não tinham acesso desde há muito tempo, em suma aumenta o poder de aquisição por conta do incremento da renda, proveniente dos investimentos.

2.7. Características do meio rural em Moçambique

2.7.1. Elevado crescimento populacional

De acordo com a Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR) do Ministério do Plano e Desenvolvimento (MPD, 2020), aquando da independência nacional (1975), a população rural moçambicana representava 90% do total da população do País. O Censo de 1997 registou uma diminuição da população rural para 70%. Actualmente mais de 40% da população moçambicana vive nas zonas urbanas e todas as indicações disponíveis são de que o processo de urbanização continua a um ritmo acelerado.

2.7.2. Forte êxodo rural

Um dos aspectos mais preocupantes no êxodo rural é a “fuga” dos poucos profissionais e jovens com habilidades laborais que muita falta fazem nos seus locais de origem. No entanto, isto não significa que a urbanização seja um fenómeno predominantemente negativo. A urbanização deriva e origina efeitos principalmente positivos, porque é determinada pelo progresso de diversificação de infra-estruturas, melhoria das condições de vida e das oportunidades de trabalho, bem como da recreação e bem-estar social (EDR, 2020).

Todavia, os problemas surgem quando a urbanização se concentra, de forma desequilibrada e desordenada, num pequeno número de zonas metropolitanas, sem condições de absorção dos novos imigrantes, nem oportunidades de emprego, habitação, saneamento entre outros (EDR, 2020).

2.7.3. Baixa produção e produtividade

Segundo o MPD (2020), no início da década de 1970, Moçambique tinha atingido uma utilização da terra na ordem dos 12,5%. Actualmente dos cerca de 36 milhões de hectares de terra arável do País, só 7% estão a ser efectivamente utilizados para produzir. O crescimento agrícola

comparado com o crescimento populacional é preocupante. Enquanto a utilização agrícola representa cerca de 40% do nível atingido há cerca de três décadas atrás, Moçambique possui actualmente o dobro da população que existia naquele mesmo período.

2.8.2. Fontes do financiamento

2.8.2.1. Microcrédito ao Grupo

O microcrédito ao grupo é um produto de créditos dedicado a empreendedores, proprietários de micro empreendimentos de subsistência e de acumulação simples, que não dispõem de garantias individuais. Os micro-empresendedores formam grupos de 3 a 5 pessoas, que se constituem em avalistas uns dos outros, ou seja, avalistas solidários.

O crédito solidário é dirigido a pessoas que não têm garantias reais, mas necessitam de ser atendidas por uma garantia solidária que se constrói ao longo do processo de solicitação do empréstimo e acompanhamento do grupo (Inojosa, 1999).

A formação do grupo solidário não é feita pelo agente. É sim, o resultado da actuação do agente de crédito no âmbito da comunidade, mediante aplicação de metodologia, de modo que os micro-empresendedores possam ser atendidos.

Os pré-requisitos para a formação de grupo solidário são: ter um negócio próprio estabelecido a pelo menos um ano, ser maior de idade, ser amigo dos demais membros, confiar neles, ter a confiança deles e estar disposto a dar garantia solidária incondicional. É desejável que os negócios sejam similares, que haja um fomento da solidariedade e resgate do compromisso da palavra, que o líder do grupo consiga a consolidação do grupo, o que apoiará no processo de recebimento e pagamento das parcelas (Inojosa, 1999).

2.8.2.2. Microcrédito Individual

Segundo o Manual de Crédito BOM (2009), o microcrédito individual é destinado a micro-empresendedores de acumulação ampliada que não se encontram dispostos a participar em grupos solidários e manifestam capacidade de oferecer garantias reais ou um avalista pessoal. O crédito individual é dirigido a pessoas que dispõem de garantias que são construídas por elas, pela economia de muitos anos de trabalho.

Como condição básica para ter acesso ao crédito individual, os clientes devem possuir as condições financeiras necessárias para a concessão de crédito, segundo a análise do crédito feita pelo oficial do crédito previsto no Manual do BOM (2009). Este preconiza a existência de avalista formal, que comprove as condições financeiras necessárias para o aval do crédito e/ou ser dono de activos que possam ser dados em garantia caso não possua avalista.

2.8.2.3. Microcrédito para micro-emprego

De acordo com o Manual de Crédito BOM (2009), micro empreendimentos são pequenas unidades económicas destinadas à produção e à comercialização de bens ou à prestação de serviços. Nasceram, na sua grande maioria, da necessidade de criação de uma fonte de emprego e de renda para seus proprietários e, por conseguinte, muitas delas não têm vida jurídica.

Seus proprietários dispõem de um mínimo de capital fixo, utilizam poucos trabalhadores, (em geral familiares ou assalariados não registados), e participam directamente na produção sem se caracterizarem como assalariados. A relação entre patrão, empregados e clientes é pessoal e a forma como serão exercidos depende da cultura, experiência de vida, personalidade e condições de vida do proprietário.

A situação financeira do negócio está fortemente vinculada à situação financeira da família, ou seja, não há uma separação clara entre as finanças da unidade de negócio e as da unidade da família.

2.8.2.4. Fundo de Investimento da Iniciativa Local (FIIL)

Em 2006, o Governo de Moçambique decidiu alocar o Fundo de Investimento de Iniciativa Local a todos os distritos, através da Lei 12/2005 de 23 de Dezembro de 2005, no âmbito da operacionalização da lei 08/2003 de 19 de Maio de 2003, que determina o distrito como a unidade de gestão e execução orçamental.

Assim, os fundos alocados constituem um instrumento de crédito público subsidiado para a promoção do desenvolvimento económico dos distritos no que tange à geração de emprego, aumento da produção de alimentos e geração da renda para a erradicação da pobreza absoluta no meio rural mediante a exploração das suas potencialidades.

III. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

3.1. Localização e caracterização da Província de Manica

A província de Manica está localizada na região centro de Moçambique. A sua capital é a cidade de Chimoio, a cerca de 1100 km a norte de Maputo, a capital nacional, e a cerca de 200 km a oeste da costeira cidade da Beira. Com uma área de 62 272 km², esta província está dividida em 12 distritos e possui, desde 2013, 5 municípios, nomeadamente, Catandica, Chimoio, Gondola, Manica e Sussundenga. É na província de Manica que se encontra o ponto mais alto de Moçambique, o Monte Binga, com uma altitude a rondar os 2436 m (MIC, 2018).

A província de Manica está dividida em 12 distritos, os 9 já existentes quando foi realizado o censo de 2007, mais o distrito do Chimoio, estabelecido em 2013 para administrar as competências do governo central, e que coincide territorialmente com o município do mesmo nome, e os novos distritos de Macate e Vanduzi (MIC, 2018).

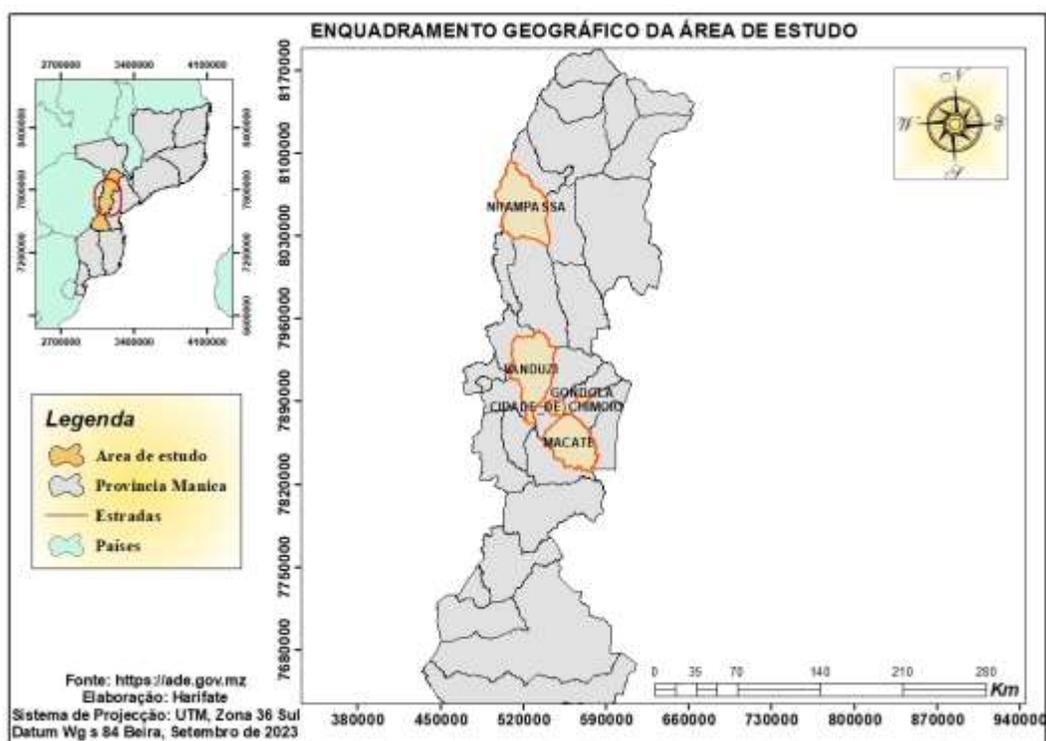


Figura 2. Localização e caracterização da Província de Manica

A Província de Manica apresenta grande potencial agro-ecológico com clima, solos e relevo favoráveis à produção agro-pecuária e florestal, com destaque para cereais, gado bovino, e

espécies florestais nativas e exóticas. Igualmente a Província dispõe de potencialidades hidrográficas e é rica em recursos minerais, nomeadamente, ouro, bauxite, turmalinas, material de construção e águas minerais (MIC, 2018).

3.1.1. Situação do agronegócio em Manica

Como afirmado por Hanlon e Smart (2013), a província de Manica é uma das áreas de agricultura mais ricas, porém impactado pelas guerras do apartheid na África do Sul e com a Rodésia que arruinaram em grande medida a agricultura e o comércio. Ainda acrescentam que a política no período pós-guerra colocou a agricultura era no sector privado e a com a afirmação de que intervenção do estado perturbar o mercado, e as intervenções foram de curto prazo através de agências de cooperação, mas a falta de apoio estruturado e consistente fez com que a recuperação da agricultura no pós-guerra fosse lenta.

Os problemas com que se confrontam incluem, os mercados voláteis, factores de produção inadequados, pouca assistência técnica e falta de crédito e de investimento (Hanlon e Smart, 2013). Com o fim da guerra dos 16 anos aumentou o interesse pelo agro-negócio ao longo do corredor da Beira, desta maneira a região mereceu atenção internacional quando, na sequência do processo de expropriação de terras, perto de uma centena de agricultores zimbabueanos, individualmente e em grupos, se estabeleceram na província de Manica (Hammar, 2010).

Os constrangimentos enfrentados na região são imensos, passando do acesso a infra-estruturas (estradas, energia, irrigação), insumos, financiamento agrícola e qualificações. A situação é mais visível no sudoeste de Manica, na área leste de Dombe, em Búzi, assim como no planalto de Tete (Feijó e Dadá, 2018).

Os dados da Direcção Nacional de Extensão Agrária (como citado em Feijó e Dadá, 2018) retractam o aumento de extensionistas em Manica e Sofala (respectivamente 78 e 85 em 2005, para 163 e 156 em 2018). Entretanto no terreno constataram-se fenómenos de ausência generalizada de meios de transporte, frequentemente inoperacionais ou enfrentando problemas de combustível. De acordo com Hanlon e Smart (como citado em Feijó e Dadá, 2018), mais de metade dos técnicos limita-se à realização de trabalho administrativo ou à assistência de produtores nas áreas mais próximas dos postos administrativos. Em virtude de dificuldades orçamentais, a falta de investigação agrícola e de sementes apropriadas é reconhecida pelas direcções provinciais de agricultura.

Em termos de acesso a gado registaram-se bastantes variações, não só em termos interdistritais como no seio de cada distrito. De facto, se nos distritos de Dondo, Búzi, Sussundenga e Manica, o acesso ao gado é bastante generalizado. Nos distritos de Gondola e de Dondo constatou-se um pequeno grupo de médios criadores de aves, estando a existência de pequenos aviários (com quantidades entre 25 e 50 aves) bastante vulgarizada em distritos como Gondola e Manica.

Em Dondo a pecuária constitui a mais importante actividade económica, e a agricultura representa a principal fonte de rendimento dos restantes produtores, sobretudo nos distritos de Búzi (92%) e de Nhamatanda (87%). Na província de Manica, apesar da agricultura constituir a principal actividade esta é fortemente complementada com outras fontes de rendimento, nomeadamente o agro-processamento (sobretudo negócios de pequenas moagens), serviços de transporte ou trabalhos assalariados. Essas actividades complementares são de extrema importância ao nível do financiamento de actividades agrícolas (pagamento de trabalhadores (permanentes e sazonais)), mas também adubos e outros insumos devido elevadas taxas de juro e de difícil acesso a crédito (Feijó e Dadá, 2018).

A percentagem de pequenos e médios produtores agrícolas das províncias de Manica e Sofala que revelaram ter recebido apoio extensionista no último ano diminuiu ao longo da última década (constituindo em 2015 apenas 5%). Em suma o principal obstáculo encontrado é o acesso a crédito, considerado “*difícil*” ou “*muito difícil*”. Explicado pelas elevadas taxas de juro praticadas no mercado e pela exigência de garantias. Em segundo lugar grande parte da produção não é subsidiada, retirando aos produtores uma importante competitividade. Ainda problemático foi referido o acesso a regadios, num cenário de elevados custos dos materiais e do combustível (Feijó e Dadá, 2018).

De acordo com os dados do Observatório do Meio Rural, os produtores de Manica e Sofala que utiliza rega, que recorre a fertilizantes químicos ou que recebe apoio extensionista tem estagnado ou, inclusivamente, diminuído. Em termos de acesso a factores de produção, constata-se o baixo recurso a tecnologia. No planalto de Manica, a reduzida taxa de utilização de tractores é compensada pelo acesso à tracção animal e, no geral, pela existência de uma mão-de-obra abundante e barata, disponível para realização de trabalhos permanentes ou sazonais. O cenário de pobreza generalizada apresenta, desta forma, uma funcionalidade económica, permitindo baixar os custos de produção e compensar a baixa mecanização (Feijó e Dadá, 2018).

3.3. Métodos

De acordo com Gil (2008) pode se definir método como caminho para se chegar a um determinado fim. Método científico como um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adoptados para se atingir o conhecimento.

3.3.1. Classificação da pesquisa

Para materialização dos objectivos delimitados foi conduzido uma pesquisa de natureza **exploratória** caracterizada por Gil (2006:26) como aquela cuja principal finalidade é desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. **Dedutivo-hipotético** caracterizado por Gil (2008:9) como aquele que combina a observação cuidadosa, hábeis antecipações e intuição científica para alcançar um conjunto de postulados que governam os fenómenos pelos quais se está interessado para daí deduzir suas acepções. A pesquisa partiu do pressuposto de percepção de uma lacuna nos conhecimentos acerca do financiamento agrário na província de Manica para de seguida formular hipóteses pelo processo de inferência dedutiva. Quanto aos procedimentos os métodos contemplaram, o **levantamento bibliográfico e documental** que consistiu em recolher, seleccionar, analisar e interpretar as contribuições teóricas a partir de base de dados e relatórios fornecidos pela GAPI-SI, consultas de livros e artigos científicos que abordam o financiamento agrário, o agronegócio, bem como os que retractam as condições agro-ecológicas da província de Manica.

3.3.2. Procedimentos

Ao princípio como primeiro passo pautou-se pela revisão bibliográfica, foram feitos contactos exploratórios com GAPI-SI a nível nacional e da delegação da GAPI-SI em Chimoio directamente ligadas no agronegócio em Manica. Imediatamente a seguir à fase exploratória realizou-se a colecta dos dados de fontes primária e secundária cujos procedimentos obedeceram a seguinte ordem:

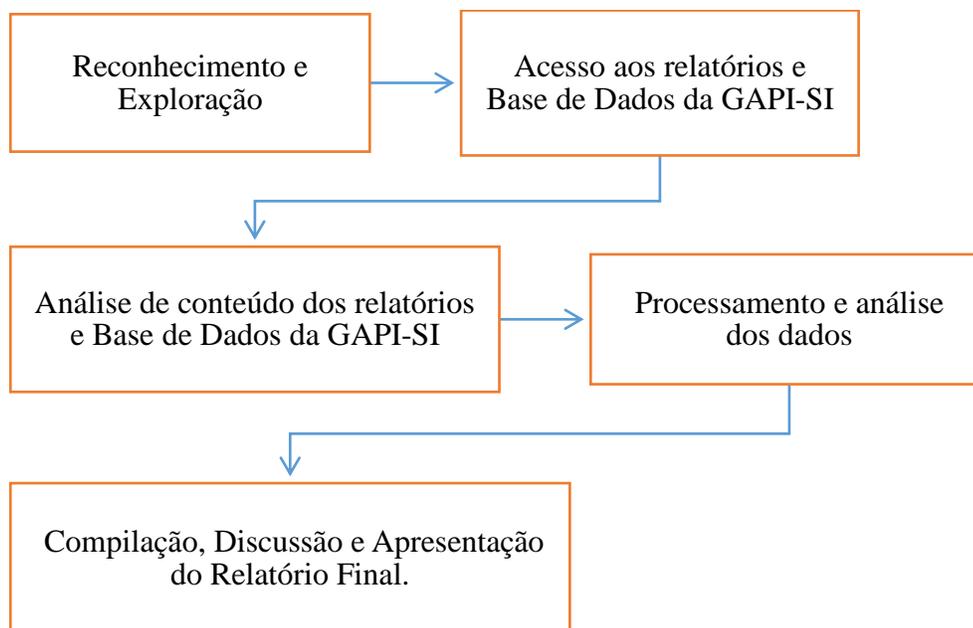


Figura 3. Demonstração das etapas seguidas durante a realização do estudo.

Reconhecimento e exploração

Esta etapa consistiu no reconhecimento do terreno e interacção com as instituições que tratam do agronegócio em Manica (delegação de Chimoio) e estabelecimento de contactos pessoal e via *e-mail* e manifestação de interesse.

Acesso aos relatórios e Base de Dados da GAPI-SI

Após o contacto, reconhecimento e manifestação de interesse foram solicitados os relatórios e Base de Dados da GaPI-SI do programa Agrojovem que teve lugar entre os anos 2017 – 2019.

Análise de conteúdo da Base de Dados da GAPI-SI

Tendo-se acessado a base de dados iniciou-se a análise do conteúdo conforme as variáveis em análise na presente pesquisa, nomeadamente:

- **Identificação de projectos financiados pelo programa Agrojovem (PAJ)**

A revisão de literatura de que serviu como a técnica de recolha de dados foi por análise de conteúdo de relatórios e base de dados da GAPI-SI a nível nacional e da delegação da GAPI-SI em Chimoio, a partir dos quais se analisou a contribuição do programa Agrojovem no desenvolvimento do agronegócio na província de Manica. Nesta base foram identificados os projectos financiados pelo programa com base na coluna de cadeia de valores constante na

mesma. Os projectos foram categorizados por áreas de actividades nomeadamente: (i) Agricultura, (ii) Prestação de Serviços, (iii) Processamento de produtos agrícolas; (iv) Produção e Venda; (v) Avicultura; (vi) Processamento de leite; (vii) Processamento de carne suína e (viii) Suinicultura. Para cada área de actividades foi determinada a percentagem correspondente dos projectos financiados.

- **Avaliação do volume do disponibilizado pelo programa Agrojovem**

Da mesma base de Dados também fez-se avaliação do volume disponibilizado, por volume refere-se o orçamento total disponibilizado para o financiamento do programa Agrojovem. O volume disponível foi determinado pela soma dos totais de crédito disponibilizados para cada sociedade em função do número de projectos e por actividade financiada. As sociedades foram categorizadas em Individual, colectiva, limitada e por cota e dentro de cada sociedade foram contabilizados o número de projectos financiados. Tendo-se calculado a percentagem correspondente aos projectos de cada sociedade.

Contribuição do programa Agrojovem (PAJ) no desenvolvimento do Agronegócio

Com recurso ao mesmo Banco de Dados da GAPI-SI, a avaliação da contribuição do programa Agrojovem foi feita com base nos seguintes aspectos:

- **(1) Criação de emprego:** contagem do número de beneficiários (frequência percentual) directos e indirectos que a partir do programa criaram auto-emprego e empregaram ou criaram emprego para outros jovens/público em geral. Para dar mais subsídio as informações, foram também analisados depoimentos de beneficiários por meio de entrevistas e tiveram sucessos nos negócios.
- **(2) Sustentabilidade do negócio:** se após a concessão do crédito incrementou o volume do negócio tanto para os novos empreendedores bem como aqueles que praticava o agronegócio outrora.
- **(3) Incremento de renda familiar:** evolução na capacidade de gerar renda familiar quando comparado ao período anterior ao financiamento.
- **(4) Desenvolvimento da comunidade no meio rural:** transformações consequentes do programa, como segurança alimentar, transmissão de conhecimentos, adopção de novas técnicas e métodos no agronegócio e facilidade na aquisição de terras.

3.3.3. Processamento e análise de dados

Os dados obtidos foram codificados e tabulados na plataforma do MS Excel 2013. A estatística descritiva foi usada para interpretação dos dados obtidos, com determinação de frequências percentuais para perfil dos beneficiários, projectos financiados em cada área de actividades, volume disponibilizado para cada projecto e desembolsos. Em termos de apresentação dos resultados foram usadas tabelas e gráficos de linhas e de sector circular. A análise dos dados foi com recurso ao pacote estatístico STATA versão 13.

IV. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Principais actividades do sector agrário financiado pelo programa Agro Jovem

4.1.1. Perfil dos beneficiários

O projecto Agrojovem financiou 15 projectos em diversas actividades, dos quais foram beneficiados no total 27 jovens, sendo 63% do sexo masculino e 37 % do sexo feminino. Com uma idade média geral de 28 anos, sendo para o sexo masculino 26 anos idade e 30 anos de idade para o sexo feminino.

Quanto ao nível de escolaridade, 74 % eram jovens do nível superior e 26 % jovens do ensino técnico profissional. A maioria dos beneficiários (60%) eram provenientes de Instituto Superior Politécnico de Manica (ISPM), seguidos de 27% dos jovens provenientes de Instituto Agrário de Chimoio (IAC) e 13% provenientes da Universidade Católica de Moçambique (UCM).

Os projectos foram implementados em diferentes distritos da província de Manica. O distrito de Vanduzi contou com 7 projectos financiados que correspondem a 47% do total, seguido da cidade de Chimoio que contou com 5 projecto que correspondem a 33%, e os distritos de Barue, Macate e Gôndola contaram com um projecto cada, que perfazem 7% cada num total de 15 projectos financiados ao nível da província.

4.1.2. Actividade financiadas no programa Agro Jovem

O projecto Agrojovem tinha como foco o desenvolvimento do Agronegócio ao nível nacional mas focalizando nas iniciativas promovidas pelos jovens que estejam ligadas ao sector agrário. Para a província de Manica os projectos, segundo os gestores, foram financiados olhando para as potencialidades que cada região ou distritos oferece, as oportunidades e particularidades de cada actividade e os benefícios sociais que o projecto traz para cada distrito e para as comunidades rurais na criação de emprego e no combate à pobreza e insegurança alimentar das comunidades.

Como se pode observar na **figura 4**, as principais actividades financiadas pelo programa agrojovem foram as seguintes: agricultura, avicultura, prestação de serviços, processamento de leite, processamento de produtos agrícolas, processamento de carne suína através de produção de chouriços, produção e venda de frangos de corte e suinicultura.



Figura 4. Principais actividades financiadas pelo programa Agrojovem em Manica

O investimento na produtividade agrícola pode proporcionar uma alternativa para a crescente demanda de terra, enquanto, ao mesmo tempo, se reduzem alguns impactos ambientais. Direcconar o investimento na produtividade agrária pode mitigar os impactos das mudanças climáticas e fortalecer a segurança alimentar (Chihanhe, 2022).

4.1.3. Tipo de cadeia de valor

Tal como havia sido referenciado anteriormente o projecto tinha como foco apoiar iniciativas de empreendimento lideradas por jovens, como forma de apoiar na geração de renda para os jovens e criar emprego ao nível das comunidades locais. Para que esse objectivo fosse alcançado era necessário que o projecto financiasse actividades ligadas ao sector agrário nos diversos elos da cadeia de valor do sector agrário. Conforme a **figura 5** o projecto Agrojovem ao nível da província de Manica financiou 15 projectos do sector agrário. Nesses projectos, 53% das actividades estão ligadas à pecuária, entre as quais a criação de frangos e de suínos, seguidas de 20% para agricultura e 20% para actividades ligadas ao processamento tanto de produtos agrícolas como de produtos pecuários e por fim 7% de actividades ligadas à prestação de serviços do sector da agricultura com foco na montagem de sistemas de irrigação. Percebe-se que ao nível da província o projecto abrangue quase todas actividades ligadas ao sector agrário.

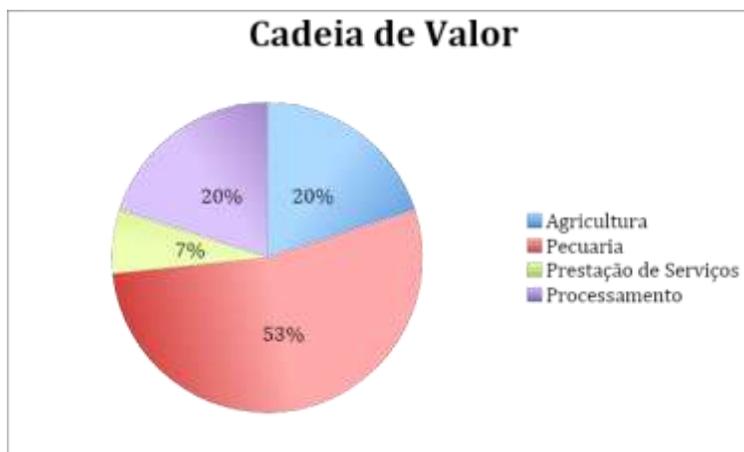


Figura 5. Tipo de cadeia de valor

A **tabela 1** mostra os tipos de sociedades de investimento, como se pode notar o projecto Agrojovem na província de Manica financiou projectos das seguintes sociedades: 5 projectos colectivos que correspondiam a 33.33%, 6 empresas individuais que corresponderam a 40%, 1 empresa limitada que correspondeu a 6,67% e 3 sociedades por cotas que corresponderam a 20% dos projectos financiados.

Tabela 1. Tipos de sociedades de investimento.

Tipo de sociedade	N	Porcentagem (%)
Colectiva	5	33.33
Empresa individual	6	40
Limitada	1	6.67
Sociedade por quotas	3	20
Total	15	100

No que concerne o orçamento em função dos objectivos do crédito, como ilustra a **tabela 2**, o projecto Agrojovem na província de Manica financiou 80% do crédito para investimentos e 20% em meios circulantes.

Tabela 2. Valores de orçamento por objectivos do crédito.

Objectivos do crédito	N	Percentagem (%)
Investimento	12	80
Meios Circulantes	3	20
Total	15	100

4.2. O volume de financiamento agrário disponibilizado pelo Programa Agrojovem

O PAJ financiou projectos de jovens formados nas instituições de ensino técnico – profissional e superior, voltadas para o sector agrário, num valor total de **9.150.469** MT (Nove milhões e cento e cinquenta mil, quatrocentos e sessenta e nove meticais). Este financiamento foi disponibilizado a título de empréstimo bonificado aos estudantes de forma singular ou colectiva inicialmente a uma taxa de 7% de juros anuais e com um período de reembolso de até 36 meses de acordo com o sector de actividade e o valor do financiamento de cada projecto.

A tabela 3 mostra a distribuição do financiamento, como se pode verificar nas sociedades colectivas foram financiados 5 projectos num total de 3.329.683 MT (três milhões e trezentos e vinte e nove mil, seiscentos e oitenta e três meticais). Nas empresas individuais foram financiados 6 projectos num total de 3.824.463 MT (três milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e sessenta e três meticais). Na limitada foi financiado um projecto no total de 333.430 MT (trezentos e trinta e três mil e quatrocentos e trinta meticais), e nas sociedades por quotas foram financiados 3 projectos num total de 1.662.893 MT (um milhão e seiscentos e sessenta e dois mil, oitocentos e noventa e três meticais).

Tabela 3. Volume de crédito e o tipo de sociedade.

Volume de crédito e o tipo de sociedade			
Tipo de Sociedade	N	Total de crédito (MT)	Média de crédito/Sociedade (MT)
Colectiva	5	3.329.683	665.937
Empresa Individual	6	3.824.463	637.411
Limitada	1	333.430	333.430
Sociedade por quotas	3	1.662.893	554.298
Total	15	9.150.469	610.031

Mosca *et al* (2013:3) explicam que, o volume de crédito agrário tem demonstrado um certo crescimento, embora um crescimento relativo aos outros sectores da economia. Por outro lado, pode inferir-se que, no geral, o sector agrário quer pela sua natureza, lucratividade, escala e riscos, quer por outros factores, não desperta o interesse da banca comercial, principalmente os pequenos produtores

Segundo dados do Banco de Moçambique (BM) não existe no País um Banco dedicado ao Sector Agrário, embora existam vários fundos de desenvolvimento, que são incapazes de satisfazer as necessidades de milhões de pequenos produtores. A limitação do financiamento é ditada pela percepção, por parte da Banca Comercial, do alto risco da actividade agrária, pela alta taxa de juro e a falta de colateral por parte da maioria dos produtores (MADER, 2022).

4.3. Volume de crédito por tipo de Actividade

Quanto ao tipo de actividade financiada, na agricultura foram financiados 3 projectos num valor de 1.923.190 MT o que corresponde 21% do valor de crédito financiado, na avicultura foram financiados 3 projectos num total de 1.873.571 MT o que corresponde 20% do valor financiado; nas actividades de prestação de serviços, processamento de leite, processamento de produtos agrícolas, processamento de carne suína e produção e venda, foram financiados 1 projecto de cada actividade no valor de 662.600 MT, 577.779 MT, 697.455 MT, 700.000 MT e 487.893 MT

respectivamente; finalmente na suinicultura foram financiados 4 projectos num total de 2.227.981 MT o que corresponde a 24% do valor financiado.

A nível nacional os investimentos do sector agrário ainda não atingiram metas satisfatórias em termos de aumento da produção e promoção de emprego para jovens, tendo em conta o compromisso de promover oportunidades de emprego para pelo menos 30.0% de jovens no sector agrário entre 2015 e 2025 (MASA, 2018). Dados do IAI 2017 e 2020 indicam que o acesso ao crédito ainda é muito limitado cobrindo apenas 0.6% das explorações agrárias nas Campanhas Agrárias 2016/2017 e 2019/2020. Os mesmos dados revelam que o acesso ao crédito é geralmente maior para homens comparando com mulheres e maior para adultos comparando com jovens (MADER, 2022).

4.4. Evolução de desembolso de crédito

O gráfico acima ilustra a evolução de desembolso de crédito do período de 2017 a 2019. De referir que em 2017 foi desembolsado um valor de 4.043. 805 MT (quatro milhões e quarenta e três mil e oitocentos e cinco mil meticais) para 6 projectos, dos quais dois foram da cadeia de valor de agricultura (produção de mudas e hortícolas e produção de batata), um de avicultura (criação de frango de corte), um de processamento de produtos agrícolas, um de processamento de leite e um de processamento de carne suína.

Em 2018 desembolsou – se um valor de 4.119.901 MT (quatro milhões e cento e dezanove mil e novecentos e um meticais) para 7 projectos dos quais dois eram da cadeia de valor de avicultura, dois de suinicultura, um de agricultura, um de prestação de serviços e outro produção e venda. Em 2019 foram desembolsados 986.763 MT (novecentos e oitenta e seis mil e setecentos e sessenta e três meticais) para financiar apenas dois projectos de cadeia de valor de suinicultura. O ano de 2018 foi o ano que teve maior desembolso e maior número de projectos financiados comparativamente aos anos de 2017 e 2019.

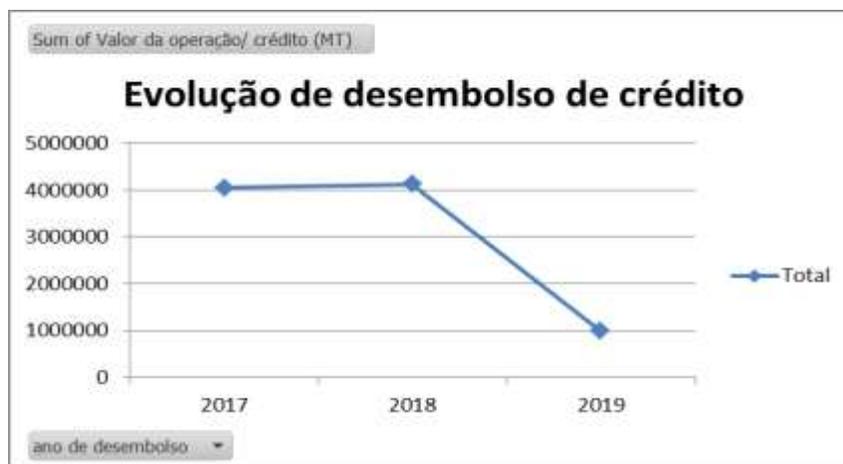


Figura 6. Demonstração da evolução do desembolso do crédito.

4.5. Nível de reembolsos de crédito

Os dados ilustrados na figura 6 são referentes aos níveis de reembolso: 13% dos beneficiários são os que conseguiram liquidar na totalidade o seu crédito, 20% dos beneficiários reembolsaram 90% do seu crédito, e 67% dos beneficiários são os que pagaram abaixo dos 50% do seu crédito.

Apesar dos dados ilustrados no gráfico parecerem desencorajadores, segundo a Gapi-SI (2020) o reembolso do financiamento está sendo concluído a 100% através de um processo de negociação da extensão do prazo pré-acordado e das taxas de juros entre o credor e os beneficiários.

O baixo reembolso foi devido a vários factores e desafios destes negócios por cada actividade, a cadeia de criação, processamento e venda de frangos de corte e codornizes, processamento e venda de carne e derivados de carne de vaca, suína e caprina e processamento de chips foram beneficiários que conseguiram reembolsar com maior regularidade dos seus créditos, apesar de não haver a liquidação na totalidade pelo tempo preconizado devido a vários factores acima arrolados.

Agro-pecuária e a comercialização são as actividades mais praticadas pelos empreendedores da província de Manica, devido à potencialidade da região. O acompanhamento e assistência dos intervenientes Gapi – SI, instituições de ensino bem como o empenho dos próprios beneficiários, contribuiu para o alcance dos resultados preconizados aquando da concepção do projecto na fase piloto.

Nível de Resembolsos

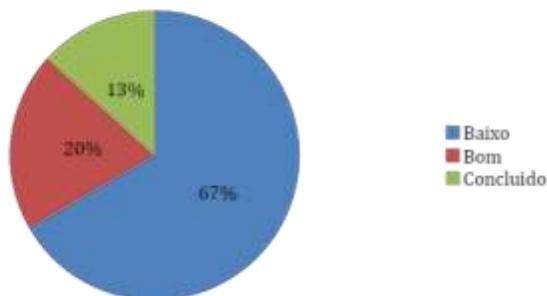


Figura 7. Nível de reembolsos de crédito

A tabela 4 ilustra os valores totais amortizados, para os empréstimos feitos para os diferentes sectores de actividade havia sido definida no início do programa uma taxa de juros de 7% ao ano, segundo os gestores do projecto ao nível da província de Manica. Com base nas conversas tidas com o gestor da Gapi – SI na delegação de Manica, devido aos efeitos dos ciclones IDAI e Kennedy e à pandemia da COVID-19, muitos dos beneficiários de crédito não conseguiram pagar o crédito no tempo estabelecido, e teve se fazer o reajuste do tempo de pagamento do crédito, tendo a Gapi-SI reajustado de seguida a taxa de juro de 7% para 12 %. De referir que para a actividade pecuária o valor de amortização é de cerca de 5.897.880 MT, para o processamento é de 2.485.836 MT, para a agricultura é de 2.574.216 MT e para a prestação de serviços é de 924.264 MT.

Tabela 4. Valor Total de cada amortização.

Cadeia de valor	Valor da operação/crédito (MT)	Valor Total de cada amortização (Capital e Juros) (MT)	Juros (MT)
Agricultura	1.923.190	2.574.216	651.026
Pecuária	4.589.445	5.897.880	1.308.435
Prestação de Serviços	662.600	924.264	261.664
Processamento	1.975.234	2.485.836	510.602
Total	9.150.469	11.882.196	2.731.727

4.6. Contribuição do PAJ Na província de Manica

O programa PAJ contribuiu de forma directa e indirecta como afirma o Dufumier (2010), ao se referir os efeitos directos e indirectos provocados pelos projectos de desenvolvimento agrário. Em termos de contribuição o programa contribuiu nos seguintes aspectos: na criação de emprego, sustentabilidade do negócio, incremento da renda familiar e desenvolvimento das comunidades. Nas categorias do autor acima na contribuição directa, os beneficiários expandiram a capacidade dos seus negócios outros criaram empresas gerando auto-emprego para si mesmos, aumentaram a capacidade de geração de renda familiar e o negócio tornou-se mais sustentável e em termos de efeitos indirectos criaram emprego e contribuíram no desenvolvimento das comunidades.

Segundo a GAPI – SI (2020) foram 27 beneficiários do PAJ na província de Manica, dos quais 17 homens e 10 mulheres. Alguns destes beneficiários afirmam que o programa contribuiu para a sustentabilidade do negócio, enquanto outros beneficiários do PAJ defendem que o programa contribuiu para o incremento da renda familiar e desenvolvimento da comunidade. Também beneficiou de forma indirecta através da criação de emprego a diversos jovens tendo sido contratados no total 57 trabalhadores dos quais 46 homens e 11 mulheres sendo que no geral o projecto beneficiou cerca de 84 jovens com incremento da sua renda nas famílias beneficiárias, resultados sustentados pela afirmação de Araújo (2005), de que o financiamento aos jovens pode

abrir novas oportunidades e dotar de capacidade para novas exigências competitivas dos mercados. Com base nesta informação percebe-se que os indivíduos do sexo masculino correspondem à maioria dos beneficiários directo assim como beneficiários indirectos ao nível da província de Manica. A seguir serão apresentados relatos de história de sucesso dos beneficiários do projecto:

- ❖ *Mirene Adão, 22 anos de idade, natural de Songo, e estudante do curso de Ciências Agrárias da Universidade Católica em Chimoio, através do Agrojovem criou a sua empresa em Chimoio que se dedica à produção e processamento de codornizes. Tem clientes na província de Manica, Tete e Zambézia. Neste momento busca a certificação dos seus produtos para ampliar o seu negócio.*
- ❖ *Adérito Adriano Passanduca, proprietário da empresa Green Land, que se dedica à multiplicação de sementes e à produção de outras culturas diversas, foi premiado pelo Agrojovem com 331 mil Meticals por ter cumprido com as suas obrigações creditícias e pelo desempenho exemplar do seu empreendimento. Passanduca beneficiou de um financiamento no valor de 662,600 meticais, ao abrigo do programa Agrojovem, valor que investiu na sua actividade. Com o financiamento do Agrojovem, a sua empresa individual contratou quatro trabalhadores permanentes.*
- ❖ *Nelito Chavanha empresário de sucesso em Vanduzi na província de Manica. Nelito é formado em agronomia pelo instituto politécnico de Manica (ISPM). Em 2013 o jovem empreendedor do sector agrário já tinha uma estrutura de negócio cobiçável, fornecendo frutas e vegetais orgânicos, insumos e equipamentos agrícolas para dentro e fora do distrito. Em 2017 se beneficiou de fundos de Agrojovem da GAPI - SI, tendo recebido 670 mil meticais. Com o valor construiu uma loja de venda de vegetais, adquiriu estufas para a produção de mudas e culturas em geral, além de sistemas de energia renováveis. O negócio cresceu em qualidade e quantidade.*

Segundo Mustafa António, o coordenador do PAJ (2020) alguns dos beneficiários do programa já exerciam certa actividade comercial no sector do agronegócio antes de receberem o financiamento, após se beneficiarem aumentaram o volume dos seus negócios e por essa razão defendem a sustentabilidade no negócio, resultados que estão de acordo com os de Dufumier (2010) e Demirguc-Kunt et al. (2022) que defendem a sustentabilidade, a competitividade e

aumento de riqueza com financiamento juvenil na medida em que há renovação das capacidades de produção. Com a sustentabilidade vem o incremento da renda familiar destes, visto que, na perspectiva de Neves (2002), quanto maior for a sustentabilidade do negócio, maiores são as possibilidades do incremento da renda familiar dos proprietários do negócio. A sustentabilidade e consequente incremento na renda familiar pode em grande parte segundo os autores Guanziroli & Guanziroli (2015), incrementar o número de agricultores e empresários de agronegócios emergentes em Moçambique, o que culminará com o aumento do potencial destes participarem em cadeias de produtos de base produtivas e geradores de rendimentos superiores para as explorações agrícolas, ao mesmo tempo que se construirão bases de produção agrícola com alta competitividade em mercados internacionais. Com a sustentabilidade também vem a rentabilidade que de acordo com o relatório de IITA (2015), a qualidade da formação, as condições de crédito e as tecnologias agrícolas avançadas são fundamentais para a sua fusão num novo agronegócio rentável. A implementação do projecto Agrojovem com financiamentos aos beneficiários, contribuiu também para a disponibilidade de alimentos e para a geração de emprego nas comunidades onde os projectos foram implementados, como afirmam o Dufumier (2010), Mosca (2014) e Miller e Jones (2010), o investimento fomenta o agronegócio e com isso, ocorre o desenvolvimento nas vertentes económica e social traduzidos na segurança alimentar, geração de divisas, criação de empregos, redistribuição de rendas entre outras actividades.

Para os que não obtiveram o financiamento tiveram a oportunidade de obter conhecimentos e entender o funcionamento da cadeia de financiamento e isso constitui conforme Miller e Jones (2010), fundamental pois capacitar os jovens na agricultura reduziria o risco de empréstimos. Para Chihanhe (2022), além disso os jovens na agricultura o financiamento permite o acesso ao crédito que não estaria disponível devido à falta de garantias e aos elevados custos de transacção.

V. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Com base nos resultados e os objectivos previamente traçados conclui-se que:

- ❖ O programa Agrojovem financiou como principais actividades agricultura, avicultura, prestação de serviços, processamento de leite, processamento de produtos agrícolas, processamento de carne suína através de produção de chouriços, produção e venda de frangos de corte e suinicultura.
- ❖ O Programa Agrojovem desembolsou um financiamento agrário de 9.150,469 MT, distribuído entre tipos de sociedades (individual, colectiva, limitada, por cotas), por actividade desenvolvida e por objectivos do crédito (investimentos e meios circulantes).
- ❖ Relativamente ao contributo do programa Agrojovem, destacam-se a criação de cerca de 84 postos de emprego (entre beneficiários directos e indirectos), melhorias na segurança alimentar através de oferta de mais alimentos e aumento na capacidade de geração de renda familiar nos beneficiários tantos directos bem como indirectos.

RECOMENDAÇÕES

- ❖ A Gapi-SI que tenha mais programas de agronegócio que abranjam os jovens;
- ❖ O projecto Agrojovem deveria ter continuidade;
- ❖ O programa deveria aumentar a quantidade de beneficiários ao nível das províncias;
- ❖ O governo criar mais projectos de financiamento agrário para os jovens.

VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ❖ Albino, F. (2012). *Clima e Mudança Climática em Moçambique: Impactos, Vulnerabilidades e Adaptação*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
- ❖ ARASUL. Relatório da Administração Regional de água Sul, Maputo, 2000.
- ❖ Araújo, M. J. **Fundamentos de Agronegócios**. 2. ed. São Paulo: Altas, 2007.
- ❖ Banco de Moçambique. *Relatório Anual 2018*, Vol. 27, 2019.
- ❖ Banco de Moçambique. *Relatório Anual 2022*. Maputo: Banco de Moçambique. <https://www.bancomoc.mz/>
- ❖ Banco de Moçambique. *Relatório anual do banco de Moçambique 2019*. Maputo, 2020.
- ❖ Banco Original (BOM). *Manual de Crédito*. Belo Horizonte: BOM, 2009.
- ❖ Bezu, S. e S. Holden (2014). “Estarão os jovens rurais da Etiópia a abandonar a agricultura?” *Desenvolvimento Mundial*, 64: 259-272.
- ❖ Castel-Branco. *Desafios do Desenvolvimento Rural em Moçambique*, IESE, 2010.
- ❖ Castro, N. A. de. (2010). Agronegócio: conceitos, definições e funções. In: Castro, N. A. de., & Porto, C. F. (Orgs.), *Agronegócio e desenvolvimento rural: desafios e perspectivas* (pp. 17-34). Brasília: Embrapa.
- ❖ Chihande, A., Investing in agricultural productivity to mitigate climate change and strengthen food security. *Science of The Total Environment*, v.803, p. 150193, 2022
- ❖ Coleman, James S. (1990) *Foundations of Social Theory*, Cambridge, Harvard University Press.
- ❖ Constanzi, Rogério N (2002). *Microcrédito no âmbito das políticas de trabalho e renda*, In Mercado de Trabalho – Conjuntura e análise, nº 19, IPEA/TEM.
- ❖ De Matos, E.A.C. e Medeiros, R. M. V. (2015). *A transformação do espaço rural moçambicano rumo à socialização do campo*, [s.l], Anpege.

- ❖ Demirguc-Kunt, A., L. Klapper, D. Singer e P. Van Oudheusden (2022). The Global Findex Database 2014: Measuring Financial Inclusion around the World, Policy Research Working Paper 7255, Banco Mundial, Washington, DC.
- ❖ Dufumier, Marc. Projectos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas / Marc Dufumier; tradução Victor de Athayde Couto; prefácio René Dumont. - 2. ed. - Salvador : EDUFBA, 2010. 326 p.
- ❖ Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP). *Agricultura Geral: Introdução ao Agronegócio*; Ceará, Seduc, (s.d).
- ❖ FAEF. *Programa Competir*. Região agrícola de Chókwè. Diagnóstico da fileira agrícola, 2001. Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal. Universidade Eduardo Mondlane.
- ❖ FAO. (2014). Ano Internacional da Agricultura Familiar 2014. <https://www.fao.org/home/en>
- ❖ Feijó, J. e Dadá, Y.A. (2018). **MÉDIOS PRODUTORES COMERCIAIS NO CORREDOR DA BEIRA: dimensão do fenómeno e caracterização social**. in *Destaque Rural*, nº 68. Maputo: Observatório do Meio Rural, pp. 1-27.
- ❖ FGV (2007). *Agronegócio: conceito, importância e desafios*. Rio de Janeiro: FGV. 4 p.
- ❖ Filmer, D. e L. Fox (2014). *Emprego Juvenil na África Subsaariana*. Washington, DC, Banco Mundial e Agência Francesa de Desenvolvimento.
- ❖ Gapi-SI. *Programa Agro-investe*. Maputo, Gapi, 2020.
- ❖ GIL, A. C. (1991), *Como Elaborar Projectos de Pesquisa*, Editora Atlas: São Paulo.
- ❖ Guanziroli e T. Guanziroli. RESR. **Modernização da Agricultura em Moçambique: determinantes da renda agrícola**. Piracicaba-SP, Vol. 53, Supl. 1, p. S115-S128, 2015
- ❖ HAMMAR, A. (2010) “Ambivalent mobilities: Zimbabwean commercial farmers in Mozambique” in *Journal of Southern African Studies*, 36(2), pp. 395-416.
- ❖ HANLON, J. e SMART, T. (2008) *Há mais bicicletas – mas há mais desenvolvimento?* Maputo: Missanga Ideias.
- ❖ HANLON, J. e SMART, T. (2013) **Fazendo dinheiro nas machambas de Manica. Relatório de pesquisa 2.**

- ❖ Hoffmann, M. D. (2006). *Desenvolvimento, educação e cidadania: desafios do século XXI*. Rio de Janeiro: DP&A.
- ❖ IITA (2015). **Juventude no Agronegócio num contexto Africano Agenda de Transformação Agrícola**. Dakar, Senegal.
- ❖ INE (2018). Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017. Maputo: INE. <https://www.ine.gov.mz/>
- ❖ Inojosa, R. M. (1999). Redes de Compromisso Social. *Revista de Administração Pública*, FGV, 33 (5).
- ❖ IPEA. **Instituto de Pesquisas Económicas e Aplicadas**, 2022. Disponível em: Ipea - Objectivos do Desenvolvimento Sustentável. Acesso em: 18 fev. 2022
- ❖ MIC (2018). Plano operacional da comercialização agrícola Manica (POCA). Maputo. 2018
- ❖ Miller, C. and Jones, L. (2010) **Agricultural Value Chain Finance Tools and Lessons**. FAO Publication.
- ❖ Ministério da Agricultura. Plano Estratégico De Desenvolvimento Do Sector Agrário 2030 (PEDSA); MADER, Maputo, 2022
- ❖ Ministério da Agricultura. Plano Estratégico De Desenvolvimento Do Sector Agrário 2011 - 2020 (PEDSA); MINAG, Maputo, 2011.
- ❖ MOSCA, J. *Agricultura familiar em Moçambique: Ideologias e Políticas*, CESA, Lisboa, (2014). Disponível em https://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/WP127.pdf, acessado em 01 de Novembro de 2016.
- ❖ Mucavel, M. A. (1989). *A agricultura familiar em Moçambique: Uma análise das suas potencialidades e constrangimentos*. Maputo: Imprensa Nacional.
- ❖ Muchangos, M. A. (1999). *Geografia de Moçambique*. Maputo: Imprensa Nacional.
- ❖ Neves, J. *Avaliação de Empresas e Negócios*, McGraw-Hill, Lisboa, 2002.
- ❖ Neves, J. *Avaliação e Gestão da Performance Estratégica da Empresa*, 2ª Edição, Texto Editora, Lisboa, 2011.

- ❖ Nijhoff, J. J. (2014). Desenvolver o sector Agrícola. In: FMI. Moçambique em Ascensão: Construir um novo dia. Washington - D C, USA.
- ❖ Nova, Y. e R. Rosário (2022). MODELOS DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO EM MOÇAMBIQUE. OBSERVADOR RURAL Nº 129
- ❖ OMR. *Crédito agrário*, OMR, Maputo, 2013 in www.OMR.co.mz acessado 19 de Novembro de 2021
- ❖ Pacheco, C. E., Lima, F. P., & Rocha, J. A. (2005). Desenvolvimento humano e sustentabilidade: novos paradigmas para o século XXI. Brasília: Ipea.
- ❖ PNUD (2010). *Relatório anual 2010*, LeiMa.
- ❖ Santos, M. A. dos; V. Filho, J. E. R. (2016). O agronegócio brasileiro e o desenvolvimento sustentável. IPEA, desafios do desenvolvimento, ano 13, ed. 87. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3268&catid=29&Itemid=34. Acesso em: 28 junho. 2024.
- ❖ SITOE, A. *Agricultura familiar em Moçambique: estratégias de desenvolvimento sustentável*, MINAG, Maputo, 2005
- ❖ Soares, Anilda. *Estudo do impacto de microcrédito*, Comité de pilotagem do Microcrédito. Agosto, 2003.
- ❖ YUNUS, M. (2002). *O banqueiro dos povos*, 2ª edição, Portugal.

ANEXO I:

Volume de crédito por tipo de Actividade

Tipo de Actividade	N	Total de crédito (MT)	Média de crédito (MT)	%
Agricultura	3	1923190	641063	21%
Avicultura	3	1873571	624524	20%
Prestação de Serviços	1	662600	662600	7%
Processamento de Leite	1	577779	577779	6%
Processamento de produtos agrícolas	1	697455	697455	8%
Processamento de carne suína	1	700000	700000	8%
Produção e venda	1	487893	487893	5%
Suinocultura	4	2227981	556995	24%
Total	15	9150469	610031	100%

Nº	Nome da Empresa criada no âmbito do projecto	Número de beneficiário do Programa			Nº de Trabalhadores contratadores			Situação do Projecto
		H	M	Total	H	M	Total	
1	Agro-pecuária do Planalto, lda	1	1	2	2	0	2	Em Curso
2	EBENEZER AGROFOREST LDA	2	0	2	4	2	6	Em Curso
4	NHAMPOCA SOCIEDADE	0	1	1	3	0	3	Em Curso

	UNIPESSOAL,LDA							
5	AgroProsuinos,E.I	2	0	2	2	1	3	Em Curso
6	Companhia avícola, Lda	1	1	2	3	1	4	Em Curso
7	Geen land Project, E.I	1	0	1	3	1	4	Liquidado
8	BENNY E TOMMY,LDA	0	1	1	6	0	6	Liquidado
9	Mirene Adão	2	0	2	5	1	6	Em Curso
10	JDA SEEDS, Lda	2	1	3	5	1	6	Em Curso
11	Mozkubwika sociedade unipessoal, lda	1	1	2	1	2	3	Em Curso
12	MOZ VEGETAIS E SERVICOS,LDA	1	0	1	2	1	3	Em Curso
13	EZOL, LIMITADA	1	1	2	2	0	2	Em Curso
14	Danilo e Diogo Agro-pecuária, Lda-DM, LDA	1	1	2	3	0	3	Em Curso
15	CA PORCOS	1	1	2	2	1	3	Em Curso
16	AgroZembe, lda	1	1	2	3	0	3	Em Curso
		17	10	27	46	11	57	84